

Centro Paroquial de Assistência

Reguengo do Fétal



Regulamento Interno do Voluntariado

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Âmbito de Aplicação)

O presente Regulamento Interno do Voluntariado do Centro Paroquial de Assistência de Reguengo do Fetal, adiante designado por Regulamento, visa definir as regras do voluntariado nas respostas sociais e serviços do Centro Paroquial de Assistência de Reguengo do Fetal.

Artigo 2.º

(Normas Aplicáveis)

Ao presente Regulamento aplicam-se, designadamente:

- A Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro;
- O Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro;
- Regulamento Interno do Centro Paroquial de Assistência de Reguengo do Fetal, doravante designado por CPARF.

Artigo 3.º

(Objetivos)

O voluntário deve trabalhar em colaboração com o pessoal técnico e de apoio direto aos utentes, tendo em consideração os seguintes objetivos:

- a)- Desenvolver ações de interesse social e humanitário;
- b)- Integrar projetos de apoio aos utentes através de ações previamente definidas com o CPARF;
- c)- Partilhar com prestadores de cuidados tarefas de carácter recreativo e social;

- d)- Estimular o convívio e a participação dos utentes na vida social do CPARF;
- e)- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos utentes do CPARF;
- f)- Promover e defender a imagem e o bom-nome do CPARF.

Capítulo II

Admissão

Artigo 4.º

(Condições de Admissão)

Podem ser admitidos como voluntários todas as pessoas que reúnam os seguintes requisitos:

- a)- Ter vocação;
- b)- Ser maior de 16 anos;
- c)- Ter reconhecida idoneidade moral e humana;
- d)- Possuir elevado sentido de responsabilidade e comportamento adequado;
- e)- Ter um trato calmo e agradável;
- f)- Ter capacidade de relacionamento e de trabalhar em equipa;
- g)- Deter uma vida própria realizada, por forma a evitar que venha procurar no CPARF compensações físicas e psíquicas;
- h)- Ter boas condições físicas e psíquicas.

Artigo 5.º

(Candidatura)

- 1- Para efeitos de candidatura a voluntário, o candidato deverá formular o pedido em impresso próprio disponível na Secretaria do CPARF.
- 2- O processo de candidatura poderá ser entregue pessoalmente na Secretaria do CPARF, ou através do endereço de e-mail: cparf@cparf.pt.

3- Os candidatos a voluntários menores de idade deverão entregar, juntamente com o impresso de candidatura, uma autorização do poder parental.

Artigo 6.º

(Seleção e Admissão)

1- Recebida a candidatura, a mesma será analisada pelo Coordenador do voluntariado que prestará informação da mesma à Direção do CPARF.

2- Posteriormente o candidato será convocado para uma entrevista, na qual serão abordadas as questões relativas às funções a desempenhar, horários, direitos e deveres.

3- A entrevista será dirigida pelo Membro da Direção do CPARF que tenha a seu cargo a área do voluntariado.

4- A competência da admissão é da responsabilidade da Direção do CPARF.

5- Da deliberação tomada será dado conhecimento ao candidato.

Capítulo III

Regras de Funcionamento

Artigo 7.º

(Informação e orientação)

Antes do início das suas funções será prestada ao voluntário informação e orientação acerca dos fins e das atividades do CPARF, bem como do exercício das funções que lhe são confiadas, por forma a harmonizar a sua ação com os objetivos institucionais.

Artigo 8.º

(Exercício de funções)

1- O voluntário deverá exercer funções na resposta social ou serviço atendendo

às suas apetências e disponibilidade, bem como às necessidades institucionais.

2- As funções deverão ser exercidas de forma responsável e com espírito de solidariedade social, em benefício da comunidade, respeitando aqueles a quem se dirige, bem como obedecendo a um plano de ação.

3- As funções e atividades exercidas pelo voluntário não poderão ser remuneradas a qualquer título.

Artigo 9.º

(Identificação)

1- O voluntário deverá usar um cartão emitido pela Secretaria do CPARF para efeitos de acesso e circulação nos locais onde o mesmo desenvolva as suas funções.

2- Sempre que o voluntário esteja a exercer funções deverá fazer-se acompanhar do cartão de identificação, colocando-o no vestuário de forma visível.

3- O voluntário quando em funções deverá, obrigatoriamente, usar o distintivo "crachá" e a bata ou farda que lhe for distribuído pela instituição.

Artigo 10.º

(Assiduidade e pontualidade)

1- Todo o voluntário deverá cumprir de forma assídua e pontual as funções que lhe foram confiadas.

2- Sempre que surja algum impedimento que impossibilite a sua comparência, o voluntário deverá informar o CPARF com a antecedência possível, junto do **Coordenador do Voluntariado** ou do Responsável Técnico do serviço ou resposta social e, na impossibilidade de o fazer, justificar a sua ausência no prazo máximo de três dias úteis.

Capítulo IV

Serviços e Respostas Sociais

Artigo 11.º

(Exercício do voluntariado)

O voluntariado e respetivas competências serão exercidos nos seguintes serviços e respostas sociais:

CENTRO DE DIA / ERPI

- 1- Apoio em atividades de animação sociocultural e de carácter recreativo, realizadas dentro ou fora da instituição, sob a orientação de pessoal especializado;
- 2- Incentivo ao relacionamento interpessoal, ao convívio e ocupação, nomeadamente com atividades lúdicas;
- 3- Apoio na deslocação dos utentes dentro da instituição bem como nas deslocações ao exterior;
- 4- Promover a autoestima dos utentes, através da prestação de serviços, nomeadamente de manicura;
- 5- Atividades inerentes ao culto religioso;

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Visitas ao domicílio dos utentes, que aprovelem essa forma de convívio, rompendo com situações de isolamento social, mas sempre sob orientação e com o conhecimento da técnica responsável pelo serviço SAD;

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E LOGÍSTICOS

- 1- Apoio na organização, gestão e manutenção dos arquivos;
- 2- Apoio no preenchimento de declarações e formulários fiscais e outros;

3- Apoio na monitorização e controlo de horários das visitas aos utentes do CPA.

SERVIÇO / ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL

- 1- Colaboração em eventos culturais e sociais a desenvolver;
- 2- Dinamização de outras expressões culturais, sempre com o conhecimento e sob orientação da animadora social do CPA;
- 3- Colaboração na publicação regular de Folha Informativa, Boletim ou Jornal do CPARF.

SERVIÇO DE REFEITÓRIO

Colaboração no encaminhamento dos utentes para o refeitório e no auxílio dos mesmos no tomar das refeições (levar o comer à boca), sempre sob orientação da responsável de dia.

Capítulo IV

Direitos e Deveres

Artigo 12.º

(Direitos do Voluntário)

O voluntário tem, designadamente, os seguintes direitos:

- a)- Desenvolver o trabalho de acordo com os seus conhecimentos, experiências e motivações;
- b)- Acordar com o CPARF um compromisso de voluntariado, que regule, entre outros, os termos e condições do trabalho que vai realizar.
- c)- Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, de modo a aperfeiçoar o seu trabalho voluntário;
- d)- Receber apoio no desempenho do seu trabalho com acompanhamento e avaliação técnica;

- e)- Ter ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança;
- f)- Participar nas decisões que dizem respeito ao seu trabalho;
- g)- Ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve com acreditação e certificação;
- h)- Almoçar no CPARF sempre que esteja em serviço, entendendo-se como tal a prestação de serviço contínuo nos períodos da manhã e tarde;
- i)- Beneficiar de seguro para proteção em caso de acidentes sofridos ou doenças contraídas durante o exercício das atividades de voluntariado;
- j)- Dispor de um cartão de identificação de voluntário;
- k)- Receber uma cópia do presente Regulamento

Artigo 13.º

(Deveres do voluntário)

1- Constituem deveres do voluntário na sua relação com os utentes do CPARF;

- a)- Respeitar os princípios éticos que regem a atividade que realiza, nomeadamente respeitar a vida privada e a dignidade dos utentes, dos colaboradores e dos dirigentes;
- b)- Respeitar as convicções ideológicas, religiosas e culturais;
- c)- Guardar sigilo não só sobre assuntos confidenciais, mas também sobre todos os assuntos que venham a conhecer no exercício da sua ação.

(Tudo o que se passa da porta para dentro, é sigilo da porta para fora. Nem a hospitalização de um utente ou se come bem ou mal deve ser comentado no exterior).

- d)- Atuar de forma diligente, isenta e solidária no exercício das suas funções, bem como usar de bom senso na resolução de assuntos imprevistos informando os respetivos responsáveis;
- e)- Exercer as suas atividades com responsabilidade e espírito de solidariedade social, em benefício da comunidade e respeitando aqueles a quem se dirige;

- f)- Obedecer a um plano de ação atuando em equipa;
- g)- Atuar de forma gratuita e desinteressada, recusando contrapartidas e compensações patrimoniais;
- h)- Utilizar, durante o exercício da sua atividade, a identificação como voluntário.

2- Constituem deveres do voluntário na sua relação com o CPARF:

- a)- Celebrar um compromisso de voluntariado, onde constam, designadamente as suas funções, horários, direitos e deveres;
- b)- Observar e respeitar as normas e princípios éticos do CPARF e/ou de todas as pessoas que a ele estão ligados;
- c)- Participar em ações / programas de formação para um melhor desenvolvimento das atividades a realizar no CPARF;
- d)- No exercício das suas atividades deve mostrar-se ativo, voluntário e solidário, utilizando corretamente os bens, equipamentos e recursos materiais colocados ao seu dispor;
- e)- Respeitar as opções e orientações dos profissionais do CPARF cumprindo, nomeadamente a calendarização das atividades acordadas;
- f)- Não deve comentar ou divulgar dentro ou fora do CPARF assuntos referentes aos serviços, tendo presente o segredo profissional que em tudo lhe é exigido;
- g)- Não assumir o papel de representante do CPARF sem o devido consentimento e prévia autorização do mesmo;
- h)- Conhecer e respeitar os Estatutos e o funcionamento do CPARF, bem como o presente regulamento e o compromisso celebrado com a instituição;
- i)- Justificar, no prazo máximo de três dias úteis, as ausências no exercício das suas funções;
- j)- Informar o CPARF, com a antecedência mínima de 15 dias, sempre que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário.

Artigo 14.º

(Deveres do CPARF)

Com respeito pelas normas legais e estatutárias vigentes, deve ser acordado entre o CPARF e o voluntário um compromisso de voluntariado, no qual deve constar:

- a)- A definição do trabalho a realizar pelo voluntário consoante o seu perfil e correspondência aos pré-requisitos impostos pelo CPARF;
- b)- Os critérios de participação nas atividades, as funções desempenhadas pelos voluntários, a duração dessas mesmas atividades e as formas de interrupção ou cessação da atividade;
- c)- As condições de acesso aos locais onde é desempenhada a atividade, notando a não permissão de acesso aos quartos e áreas técnicas do CPA sem prévia autorização, e uma avaliação realizada periodicamente ao voluntário;
- d)- A cobertura dos riscos a que o voluntário está sujeito durante a realização das suas tarefas, a cobertura de possíveis prejuízos que este possa provocar a terceiros e o modo de resolução de problemas que possam surgir entre o voluntário e o CPARF;
- e)- A identificação como participante e certificado de participação do voluntário nas atividades.

Capítulo V

Disposições Finais

Artigo 15.º

(Suspensão e cessação do trabalho voluntário)

- 1- O voluntário(a) que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário deve informar o CPARF, com a antecedência mínima de 15 dias.

2- O CPARF pode dispensar a colaboração do voluntário a título temporário ou definitivo sempre que a alteração dos objetivos e práticas institucionais o justifique.

3- O CPARF pode determinar a suspensão ou a cessação da colaboração do voluntário no caso de incumprimento grave e frequente do compromisso de voluntariado por parte deste.

Artigo 16.º

(Aprovação e alterações ao Regulamento)

1- A aprovação do Regulamento é da competência da Direção do CPARF.

2- Quaisquer alterações ao mesmo deverão ser aprovadas pela Direção do CPARF e das mesmas deve ser dado conhecimento aos voluntários com a antecedência mínima de trinta dias a contar da data da entrada em vigor.

Artigo 17.º

(Lacunas e Casos Omissos)

A existência de eventuais lacunas ou casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela seguinte ordem:

a)- Lei n.º 71/98, de Novembro e pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro;

b)- Direção do CPARF.

Artigo 18.º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento Interno foi aprovado em reunião de Direção no dia 4 de maio de 2015 e entra em vigor no dia 1 de julho de 2015.

O Presidente da Direção do CPARF,



(Padre Clemente Dokti)